



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024

O MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, CNPJ Nº 08.184.111/0001-07, torna público, para conhecimento dos interessados, que irá realizar **Dispensa de Licitação**, na forma **Eletrônica**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos do Artigo nº Art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, da Lei municipal nº 789/2023 e demais legislação aplicável, e das exigências estabelecidas neste edital.

Os trabalhos serão conduzidos por agente de contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br.

ÓRGÃO INTERESSADO:	MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN
DATA INICIO DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 05/09/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	08H:00M DO DIA 10/09/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA INICIO DOS LANCES	08H:01M DO DIA 10/09/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).
DATA E HORA FINAL DE LANCES:	<u>14H:01M DO DIA 10/09/2024 (HORÁRIO DE BRASÍLIA).</u>
LOCAL:	www.portaldecompraspublicas.com.br

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIDRÁULICA E IRRIGAÇÃO, DESTINADAS A MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAL DO MUNICÍPIO**. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência.

1.1. A contratação será dividida em itens, conforme tabela constante abaixo.

ITEM/CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.
1	158.002.002 ABRAÇADEIRA CHAPA 2"	UND	6
2	158.001.001 ABRAÇADEIRA CHAPA 2.1/2"	UND	3
3	158.001.002 ABRAÇADEIRA CHAPA 3"	UND	6
4	158.001.003 ABRAÇADEIRA CHAPA 4"	UND	6
5	158.002.104 ABRAÇADEIRA CHAPA 5	UND	6
6	158.002.004 ADAPTADOR LR CURTO 20 MM X 1/2"	UND	6
7	158.002.005 ADESIVO PVC 850G	UND	1
8	158.002.097 ADESIVO SILICONE ALTA TEMPERATURA 50GR	UND	8
9	158.002.098 ADESIVO SILICONE INCOLOR 50G	UND	1
10	158.002.099 ADESIVO SILICONE JUNTOS 73G	UND	1
11	158.002.009 BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 75 X 60 MM MR	UND	10
12	158.002.100 BUCHA SOLD RED CURTA 60X50MM MR	UND	2
13	158.002.101 CAP SOLD 100MM AZ	UND	12
14	158.002.102 CAP SOLD 50MM R	UND	10
15	158.002.103 CAP SOLD 60MM MR	UND	12
16	158.002.011 CAP. SOLDÁVEL 20 MM MR	UND	5



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



17	158.001.029	CAP. SOLDÁVEL PVC PBS 75 MM AZ	UND	15
18	158.001.031	COLAR DE TOMADA 100 MM X 1/2"	UND	4
19	158.001.032	COLAR DE TOMADA 50 MM X 1/2"	UND	6
20	158.001.033	COLAR DE TOMADA 60 MM X 1/2"	UND	6
21	158.001.034	COLAR DE TOMADA 75 MM X 1/2"	UND	5
22	229.001.001	CORDA DE SEDA 10MM P/ POÇO ARTESIANO	METRO	400
23	229.001.002	CORDA DE SEDA 12MM P/ POÇO ARTESIANO	METRO	300
24	229.001.004	CURVA 90° FG 1.1/2"	UND	2
25	229.001.005	CURVA 90° FG 1.1/4"	UND	2
26	229.001.003	CURVA 90° FG 2"	UND	2
27	158.002.165	CURVA SOLD 45° X 75 MM AZ	UND	6
28	158.002.105	CURVA SOLD 45° X125MM AZ	UND	3
29	158.002.166	CURVA SOLD 90° X 100MM AZ	UND	2
30	158.002.168	CURVA SOLD 90° X 125MM AZ	UND	5
31	158.002.167	CURVA SOLD 90° X 150MM AZ	UND	5
32	158.002.107	CURVA SOLD 90° X 50 PN 80 AZ	UND	2
33	158.002.108	CURVA SOLD 90° X 60 MM MR	UND	10
34	158.002.109	CURVA SOLD 90°X75MM AZ	UND	6
35	133.002.015	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	UND	20
36	158.001.037	JOELHO 90° SOLDÁVEL 150 MM AZ	UND	5
37	056.013.500	JOELHO 90° SOLDÁVEL 20 MM MR	UND	6
38	056.013.502	JOELHO 90° SOLDÁVEL 25 MM MR	UND	5
39	056.013.504	JOELHO 90° SOLDÁVEL 32 MM MR	UND	2
40	056.013.506	JOELHO 90° SOLDÁVEL 50 MM AZ	UND	12
41	056.013.507	JOELHO 90° SOLDÁVEL 60 MM MR	UND	20
42	158.002.027	JOELHO 90° SOLDÁVEL 75 MM AZ	UND	2
43	056.013.765	JOELHO SOLD 90°X50M MR	UND	2
44	138.001.058	LÂMINA DE SERRA METÁLICA DE 12"	UND	10
45	158.002.028	LIXA FERRO 150	UND	24
46	158.002.029	LUVA DE CORRER AZUL 100 MM	UND	2
47	158.002.036	LUVA DE CORRER AZUL 75 MM	UND	6
48	158.002.030	LUVA DE CORRER MARROM 20 MM	UND	6
49	158.002.031	LUVA DE CORRER MARROM 25 MM	UND	8
50	158.002.032	LUVA DE CORRER MARROM 32 MM	UND	5
51	158.002.033	LUVA DE CORRER MARROM 40 MM	UND	5
52	158.002.034	LUVA DE CORRER MARROM 50 MM	UND	10
53	158.002.035	LUVA DE CORRER MARROM 60 MM	UND	10
54	158.002.112	LUVA F.F ROSCA INT 2	UND	10
55	158.002.110	LUVA F.F. ROSCA INT 1.1/2	UND	10
56	158.002.111	LUVA F.F. ROSCA INT 1.1/4	UND	5
57	158.002.113	LUVA PVR RR 1.1/2	UND	6
58	158.001.045	LUVA PVR RR 1.1/4	UND	6
59	158.002.114	LUVA PVR RR2	UND	2
60	158.002.115	LUVA SOLD 75MM AZUL	UND	2
61	229.001.006	LUVA SOLD PVC 100MM AZ	UND	2



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



62	158.002.117	LUVA SOLD PVC 125MM AZ	UND	5
63	158.002.118	LUVA SOLD RED 100X75MM	UND	5
64	158.001.046	LUVA SOLD RED 75X50 MM AZ	UND	6
65	158.002.040	LUVA SOLDÁVEL MARROM 20 MM	UND	6
66	158.002.041	LUVA SOLDÁVEL MARROM 25 MM	UND	6
67	158.002.042	LUVA SOLDÁVEL MARROM 32 MM	UND	6
68	158.002.043	LUVA SOLDÁVEL MARROM 40 MM	UND	10
69	158.002.044	LUVA SOLDÁVEL MARROM 50 MM	UND	10
70	158.002.045	LUVA SOLDÁVEL MARROM 60 MM	UND	10
71	158.002.047	MANGOTE PVC ASPIRAL 2" AZ	METRO	5
72	158.002.046	MANGOTE PVC ASPIRAL 2.1/2" AZ	METRO	5
73	158.002.048	MANGOTE PVC ASPIRAL 3" AZ	METRO	5
74	158.002.049	MANGOTE PVC ASPIRAL 4" AZ	METRO	5
75	158.001.040	MANGOTE PVC ASPIRAL 5" LARANJA	METRO	5
76	158.002.119	MANGOTE PVC ESPIRAL 6 LARANJA	M	2
77	158.002.121	MANGUEIRA POLIET 1.1/4 C/50MT	M	20
78	158.002.122	MANGUEIRA POLIET 3/4 C/100MT	M	50
79	158.002.120	MANGUEIRA POLIET. 1/2 C/100MT	M	30
80	158.002.123	NIPLE F.F 5	UND	4
81	158.002.124	NIPLE F.F RR 1.1/2	UND	1
82	158.002.125	NIPLE F.F RR 1.1/4	UND	1
83	158.002.126	NIPLE F.F RR 2	UND	2
84	158.002.054	NIPLE F.F. 2"	UND	4
85	158.002.053	NIPLE F.F. 2. 1/2	UND	4
86	158.002.055	NIPLE F.F. 3"	UND	5
87	158.002.056	NIPLE F.F. 4"	UND	1
88	158.002.127	NIPLE PVC RR 1.1/2	UND	1
89	158.002.128	NIPLE PVC RR1.1/4	UND	1
90	158.002.129	NIPLE PVC RR2	UND	1
91	158.002.062	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 20 MM MR	UND	6
92	158.002.063	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 50 MM MR	UND	1
93	158.002.064	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 60 MM MR	UND	1
94	158.002.131	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 100MM AZ	UND	1
95	158.002.130	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 75MM AZ	UND	1
96	158.002.132	SELO MECANICO 1.1/4	UND	2
97	158.002.133	SOLUÇÃO LIMPADORA 1L	UND	5
98	229.001.008	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO 100 X 32MM	UND	2
99	229.001.009	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO 100 X 40MM	UND	5
100	229.001.007	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO 150 X 50MM	UND	5
101	056.013.421	TÊ SOLDÁVEL 50 MM AZ	UND	2
102	056.013.422	TÊ SOLDÁVEL 60 MM MR	UND	1
103	158.002.134	TEE SOLD 32MM MR	UND	9
104	158.002.135	TEE SOLD 75MM AZ	UND	1
105	158.002.136	TEE SOLD PVC 100MM AZ	UND	5
106	158.002.137	TEE SOLD PVC 125MM AZ	UND	4



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



107	158.002.138	TEE SOLD PVC 20MM MR	UND	3
108	158.002.139	TEE SOLD PVC 25MM MR	UND	10
109	158.002.169	TEE SOLD PVC 50MM AZ	UND	10
110	229.001.011	TUBO EDUTOR 1.1/2" PARA BOMBA SUBMERSA	METRO	20
111	229.001.010	TUBO EDUTOR 1.1/4" PARA BOMBA SUBMERSA	METRO	10
112	229.001.012	TUBO EDUTOR 2" PARA BOMBA SUBMERSA	METRO	20
113	158.002.140	TUBO ESGOTO 100MM 6M	UND	2
114	158.002.141	TUBO ESGOTO 150MM 6M	UND	2
115	158.002.144	TUBO ESGOTO 200MM 6M	UND	1
116	158.002.142	TUBO IRRIGAÇÃO 100 PN 80 6M PBS	UND	6
117	158.002.143	TUBO IRRIGAÇÃO 125 PN 80 6M PBS	UND	5
118	158.002.146	TUBO IRRIGAÇÃO 25 PN 40 AZ 6M PBS	UND	5
119	158.002.145	TUBO IRRIGAÇÃO 32 PN 40 AZ 6M PBS	UND	6
120	158.002.148	TUBO IRRIGAÇÃO 50PN 80 6M PBS	UND	12
121	158.002.149	TUBO IRRIGAÇÃO 75PN 80 6M PBS	UND	6
122	158.002.150	TUBO PVC ROSCAVEL 1.1/2 - 6M	UND	5
123	158.002.151	TUBO PVC ROSCAVEL 1.1/4- 6M	UND	3
124	158.002.152	TUBO PVC ROSCAVEL 2"- 6M	UND	5
125	158.002.153	TUBO SOLDAVEL 20MM 6M	UND	6
126	158.002.154	TUBO SOLDAVEL 50MM 6M	UND	5
127	158.002.155	TUBO SOLDAVEL 60MM 6M	UND	20
128	158.002.156	UNIÃO FG 4	UND	1
129	158.001.044	UNIÃO SOLDÁVEL 100 MM AZ	UND	1
130	158.002.157	UNIÃO SOLDAVEL 20MM MR	UND	2
131	158.002.158	UNIÃO SOLDAVEL 25MM MR	UND	2
132	158.002.159	UNIÃO SOLDAVEL 32MM MR	UND	6
133	158.002.160	UNIÃO SOLDAVEL 40MM MR	UND	6
134	158.002.161	UNIÃO SOLDAVEL 50MM MR	UND	2
135	158.002.162	UNIÃO SOLDAVEL 60MM MR	UND	6
136	158.002.163	UNIAO SOLDAVEL 75MM MR	UND	2
137	158.002.164	VALVULA F.F PE CEBOLA 5	UND	2
138	158.002.094	VÁLVULA F.F. PÉ CEBOLA 2"	UND	2
139	158.002.095	VÁLVULA F.F. PÉ CEBOLA 3"	UND	2
140	158.002.096	VÁLVULA F.F. PÉ CEBOLA 4"	UND	2
141	158.001.025	VALVULA F.FUND PE CEBOLA 2.1/2"	UND	2

1.1.1. E facultado ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



- 2.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal de Compras Públicas para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.



3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores não poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.



3.9.6.que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

- 4.1. A partir das 8:01h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
- 4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 4.2.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 4.3.1.O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
 - 4.7.1.O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 5.2.1.Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
 - 5.2.2.A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.



- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. conter vícios insanáveis;
 - 5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



- 5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

- 6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
 - c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.



- 6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 6.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 6.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

- 7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 7.2. O adjudicatário terá o prazo de 1(um) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 7.3. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*
- 7.3.1. *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*
- 7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 7.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.
- 7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



- 8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- 8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.
- 9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)



- 9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 9.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.
- 9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação
 - 9.13.2. ANEXO II - Termo de Referência;
 - 9.13.3. ANEXO III – Minuta de Contrato Administrativo

Alto do Rodrigues/RN, 04/09/2024.

Francisco das Chagas Barreto da Costa
Agente de Contratação



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024
ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso (CNPJ);
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 4.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente ao objeto da dispensa de licitação
– **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Alto do Rodrigues/RN, 04/09/2024.

Francisco das Chagas Barreto da Costa
Agente de Contratação



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIDRÁULICA E IRRIGAÇÃO, DESTINADAS A MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAL DO MUNICÍPIO.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Art. 75, II da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).
Dispensa de licitação em razão do valor.

3. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação de empresa(s) especializada(s) para a aquisição de materiais de hidráulica e irrigação, destinados a manutenção e expansão da rede de abastecimento d'água nas comunidades rural do município, proporcionado o abastecimento d'água de forma adequada aos munícipes moradores da comunidade rural do município. A aquisição dos materiais descritos é imprescindível para assegurar a continuidade e a qualidade do abastecimento d'água.

4. DOS MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS

ITEM/CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID	QUANT.
1 158.002.002	ABRAÇADEIRA CHAPA 2"	UND	6
2 158.001.001	ABRAÇADEIRA CHAPA 2.1/2"	UND	3
3 158.001.002	ABRAÇADEIRA CHAPA 3"	UND	6
4 158.001.003	ABRAÇADEIRA CHAPA 4"	UND	6
5 158.002.104	ABRAÇADEIRA CHAPA 5	UND	6
6 158.002.004	ADAPTADOR LR CURTO 20 MM X 1/2"	UND	6
7 158.002.005	ADESIVO PVC 850G	UND	1
8 158.002.097	ADESIVO SILICONE ALTA TEMPERATURA 50GR	UND	8
9 158.002.098	ADESIVO SILICONE INCOLOR 50G	UND	1
10 158.002.099	ADESIVO SILICONE JUNTOS 73G	UND	1
11 158.002.009	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 75 X 60 MM MR	UND	10
12 158.002.100	BUCHA SOLD RED CURTA 60X50MM MR	UND	2
13 158.002.101	CAP SOLD 100MM AZ	UND	12
14 158.002.102	CAP SOLD 50MM R	UND	10
15 158.002.103	CAP SOLD 60MM MR	UND	12
16 158.002.011	CAP. SOLDÁVEL 20 MM MR	UND	5
17 158.001.029	CAP. SOLDÁVEL PVC PBS 75 MM AZ	UND	15
18 158.001.031	COLAR DE TOMADA 100 MM X 1/2"	UND	4
19 158.001.032	COLAR DE TOMADA 50 MM X 1/2"	UND	6
20 158.001.033	COLAR DE TOMADA 60 MM X 1/2"	UND	6
21 158.001.034	COLAR DE TOMADA 75 MM X 1/2"	UND	5
22 229.001.001	CORDA DE SEDA 10MM P/ POÇO ARTESIANO	METRO	400
23 229.001.002	CORDA DE SEDA 12MM P/ POÇO ARTESIANO	METRO	300
24 229.001.004	CURVA 90° FG 1.1/2"	UND	2
25 229.001.005	CURVA 90° FG 1.1/4"	UND	2



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



26	229.001.003	CURVA 90° FG 2"	UND	2
27	158.002.165	CURVA SOLD 45° X 75 MM AZ	UND	6
28	158.002.105	CURVA SOLD 45° X125MM AZ	UND	3
29	158.002.166	CURVA SOLD 90° X 100MM AZ	UND	2
30	158.002.168	CURVA SOLD 90° X 125MM AZ	UND	5
31	158.002.167	CURVA SOLD 90° X 150MM AZ	UND	5
32	158.002.107	CURVA SOLD 90° X 50 PN 80 AZ	UND	2
33	158.002.108	CURVA SOLD 90° X 60 MM MR	UND	10
34	158.002.109	CURVA SOLD 90°X75MM AZ	UND	6
35	133.002.015	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	UND	20
36	158.001.037	JOELHO 90° SOLDÁVEL 150 MM AZ	UND	5
37	056.013.500	JOELHO 90° SOLDÁVEL 20 MM MR	UND	6
38	056.013.502	JOELHO 90° SOLDÁVEL 25 MM MR	UND	5
39	056.013.504	JOELHO 90° SOLDÁVEL 32 MM MR	UND	2
40	056.013.506	JOELHO 90° SOLDÁVEL 50 MM AZ	UND	12
41	056.013.507	JOELHO 90° SOLDÁVEL 60 MM MR	UND	20
42	158.002.027	JOELHO 90° SOLDÁVEL 75 MM AZ	UND	2
43	056.013.765	JOELHO SOLD 90°X50M MR	UND	2
44	138.001.058	LÂMINA DE SERRA METÁLICA DE 12"	UND	10
45	158.002.028	LIXA FERRO 150	UND	24
46	158.002.029	LUVA DE CORRER AZUL 100 MM	UND	2
47	158.002.036	LUVA DE CORRER AZUL 75 MM	UND	6
48	158.002.030	LUVA DE CORRER MARROM 20 MM	UND	6
49	158.002.031	LUVA DE CORRER MARROM 25 MM	UND	8
50	158.002.032	LUVA DE CORRER MARROM 32 MM	UND	5
51	158.002.033	LUVA DE CORRER MARROM 40 MM	UND	5
52	158.002.034	LUVA DE CORRER MARROM 50 MM	UND	10
53	158.002.035	LUVA DE CORRER MARROM 60 MM	UND	10
54	158.002.112	LUVA F.F ROSCA INT 2	UND	10
55	158.002.110	LUVA F.F. ROSCA INT 1.1/2	UND	10
56	158.002.111	LUVA F.F. ROSCA INT 1.1/4	UND	5
57	158.002.113	LUVA PVR RR 1.1/2	UND	6
58	158.001.045	LUVA PVR RR 1.1/4	UND	6
59	158.002.114	LUVA PVR RR2	UND	2
60	158.002.115	LUVA SOLD 75MM AZUL	UND	2
61	229.001.006	LUVA SOLD PVC 100MM AZ	UND	2
62	158.002.117	LUVA SOLD PVC 125MM AZ	UND	5
63	158.002.118	LUVA SOLD RED 100X75MM	UND	5
64	158.001.046	LUVA SOLD RED 75X50 MM AZ	UND	6
65	158.002.040	LUVA SOLDÁVEL MARROM 20 MM	UND	6
66	158.002.041	LUVA SOLDÁVEL MARROM 25 MM	UND	6
67	158.002.042	LUVA SOLDÁVEL MARROM 32 MM	UND	6
68	158.002.043	LUVA SOLDÁVEL MARROM 40 MM	UND	10
69	158.002.044	LUVA SOLDÁVEL MARROM 50 MM	UND	10
70	158.002.045	LUVA SOLDÁVEL MARROM 60 MM	UND	10



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



71	158.002.047	MANGOTE PVC ASPIRAL 2" AZ	METRO	5
72	158.002.046	MANGOTE PVC ASPIRAL 2.1/2" AZ	METRO	5
73	158.002.048	MANGOTE PVC ASPIRAL 3" AZ	METRO	5
74	158.002.049	MANGOTE PVC ASPIRAL 4" AZ	METRO	5
75	158.001.040	MANGOTE PVC ASPIRAL 5" LARANJA	METRO	5
76	158.002.119	MANGOTE PVC ESPIRAL 6 LARANJA	M	2
77	158.002.121	MANGUEIRA POLIET 1.1/4 C/50MT	M	20
78	158.002.122	MANGUEIRA POLIET 3/4 C/100MT	M	50
79	158.002.120	MANGUEIRA POLIET. 1/2 C/100MT	M	30
80	158.002.123	NIPLE F.F 5	UND	4
81	158.002.124	NIPLE F.F RR 1.1/2	UND	1
82	158.002.125	NIPLE F.F RR 1.1/4	UND	1
83	158.002.126	NIPLE F.F RR 2	UND	2
84	158.002.054	NIPLE F.F. 2"	UND	4
85	158.002.053	NIPLE F.F. 2. 1/2	UND	4
86	158.002.055	NIPLE F.F. 3"	UND	5
87	158.002.056	NIPLE F.F. 4"	UND	1
88	158.002.127	NIPLE PVC RR 1.1/2	UND	1
89	158.002.128	NIPLE PVC RR1.1/4	UND	1
90	158.002.129	NIPLE PVC RR2	UND	1
91	158.002.062	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 20 MM MR	UND	6
92	158.002.063	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 50 MM MR	UND	1
93	158.002.064	REGISTRO DE ESFERA PVC SOLDÁVEL 60 MM MR	UND	1
94	158.002.131	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 100MM AZ	UND	1
95	158.002.130	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 75MM AZ	UND	1
96	158.002.132	SELO MECANICO 1.1/4	UND	2
97	158.002.133	SOLUÇÃO LIMPADORA 1L	UND	5
98	229.001.008	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO 100 X 32MM	UND	2
99	229.001.009	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO 100 X 40MM	UND	5
100	229.001.007	TAMPA PARA POÇO ARTESIANO 150 X 50MM	UND	5
101	056.013.421	TÊ SOLDÁVEL 50 MM AZ	UND	2
102	056.013.422	TÊ SOLDÁVEL 60 MM MR	UND	1
103	158.002.134	TEE SOLD 32MM MR	UND	9
104	158.002.135	TEE SOLD 75MM AZ	UND	1
105	158.002.136	TEE SOLD PVC 100MM AZ	UND	5
106	158.002.137	TEE SOLD PVC 125MM AZ	UND	4
107	158.002.138	TEE SOLD PVC 20MM MR	UND	3
108	158.002.139	TEE SOLD PVC 25MM MR	UND	10
109	158.002.169	TEE SOLD PVC 50MM AZ	UND	10
110	229.001.011	TUBO EDUTOR 1.1/2" PARA BOMBA SUBMERSA	METRO	20
111	229.001.010	TUBO EDUTOR 1.1/4" PARA BOMBA SUBMERSA	METRO	10
112	229.001.012	TUBO EDUTOR 2" PARA BOMBA SUBMERSA	METRO	20
113	158.002.140	TUBO ESGOTO 100MM 6M	UND	2
114	158.002.141	TUBO ESGOTO 150MM 6M	UND	2
115	158.002.144	TUBO ESGOTO 200MM 6M	UND	1



116	158.002.142	TUBO IRRIGAÇÃO 100 PN 80 6M PBS	UND	6
117	158.002.143	TUBO IRRIGAÇÃO 125 PN 80 6M PBS	UND	5
118	158.002.146	TUBO IRRIGAÇÃO 25 PN 40 AZ 6M PBS	UND	5
119	158.002.145	TUBO IRRIGAÇÃO 32 PN 40 AZ 6M PBS	UND	6
120	158.002.148	TUBO IRRIGAÇÃO 50PN 80 6M PBS	UND	12
121	158.002.149	TUBO IRRIGAÇÃO 75PN 80 6M PBS	UND	6
122	158.002.150	TUBO PVC ROSCAVEL 1.1/2 - 6M	UND	5
123	158.002.151	TUBO PVC ROSCAVEL 1.1/4- 6M	UND	3
124	158.002.152	TUBO PVC ROSCAVEL 2"- 6M	UND	5
125	158.002.153	TUBO SOLDAVEL 20MM 6M	UND	6
126	158.002.154	TUBO SOLDAVEL 50MM 6M	UND	5
127	158.002.155	TUBO SOLDAVEL 60MM 6M	UND	20
128	158.002.156	UNIÃO FG 4	UND	1
129	158.001.044	UNIÃO SOLDÁVEL 100 MM AZ	UND	1
130	158.002.157	UNIÃO SOLDAVEL 20MM MR	UND	2
131	158.002.158	UNIÃO SOLDAVEL 25MM MR	UND	2
132	158.002.159	UNIÃO SOLDAVEL 32MM MR	UND	6
133	158.002.160	UNIÃO SOLDAVEL 40MM MR	UND	6
134	158.002.161	UNIÃO SOLDAVEL 50MM MR	UND	2
135	158.002.162	UNIÃO SOLDAVEL 60MM MR	UND	6
136	158.002.163	UNIAO SOLDAVEL 75MM MR	UND	2
137	158.002.164	VALVULA F.F PE CEBOLA 5	UND	2
138	158.002.094	VÁLVULA F.F. PÉ CEBOLA 2"	UND	2
139	158.002.095	VÁLVULA F.F. PÉ CEBOLA 3"	UND	2
140	158.002.096	VÁLVULA F.F. PÉ CEBOLA 4"	UND	2
141	158.001.025	VALVULA F. FUND PE CEBOLA 2.1/2"	UND	2

4.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

4.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

4.3. O prazo de vigência da contratação é até 31/12/2024.

5. DO OBJETIVO

5.1. Suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Pesca e Desenvolvimento Rural, em prover a manutenção e ampliação da rede de abastecimento d'água da zona rural do município Alto do Rodrigues/RN.

Justificativa de Orçamento Sigiloso: O orçamento estimado será sigiloso, constando somente nos autos do processo, com a finalidade de obter maior competição e economicidade, como também buscando pela prevenção das irregularidades, formação de conluio por parte dos licitantes e eventuais superfaturamentos. Conforme art. 24 da Lei Federal 14.133/21.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade Além dos critérios de sustentabilidade/impacto ambiental eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, conforme nova Lei de Licitação nº 14.133/21:

6.2. Da exigência de amostra

6.2.1 Não há necessidade de amostra do objeto.



6.3. Da Subcontratação

6.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.4. Garantia da contratação

6.4.1 Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

6.5. Garantia dos produtos

6.5.1 Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

7. DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

7.1. A entrega deverá ser realizada de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Pesca e Desenvolvimento Rural, que será repassada por e-mail especificando a relação de endereços e quantitativos;

7.2. Em caso de algum tipo de irregularidade verificada, o produto será devolvido, ficando a retirada do mesmo e o custo do transporte por conta da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

7.3. A CONTRATADA deverá atentar ao fiel cumprimento das especificações exigidas, sendo recusado item que estiver com alguma característica diferente das especificações contidas neste TR;

7.4. Caso não seja realizada a substituição, a empresa ficará sujeita às penalidades previstas na CLÁUSULA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Contrato.

7.5. A entrega dos produtos no local indicado pelo contratante, ficará a cargo do fornecedor, a quem caberá providenciar a mão de obra, ferramentas e insumos necessários para a entrega.

8. LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS

8.1– Os produtos deverão ser entregues na cidade de Alto do Rodrigues, no horário de **08h00min as 12h00min e 14h00min as 17h00min**, em dias úteis e datas acordados previamente, ou em local determinado pela Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Pesca e Desenvolvimento Rural, conforme agendamento, seguindo rigorosamente as quantidades das consultas solicitadas.

9. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO

9.1. Para efeito de verificação da conformidade do objeto, a PMARG através do setor competente realizará a fiscalização através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato:

9.2. O aceite/aprovação pela Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues não exclui a responsabilidade cível do CONTRATADO por vícios de quantidade ou qualidade.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas deverão ser classificadas e custeadas de acordo com a dotação orçamentária ordenada sob dispositivos legais vigentes. A classificação seguirá o abaixo disposto:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	ELEMENTO	SUB ELEMENTO	FONTE DE RECURSOS
02.08	20.544.0051.1070	44.90.30	Material de Consumo	1.721.0000

11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Fica designado o servidor Rejanilson Paiva de Oliveira, CPF: 105.738.714-26,



Matrícula: 2412261, como **Gestor de Contrato** e como substituto em caso de ausências, impedimentos eventuais e regulamentares do titular, fica designada a servidora Lariza Isabelle Neto Soares, CPF: 012.145.914-42, Matrícula: 776.

11.2. Fica designada o servidor Mackson Thiago de Araújo, CPF: 043.474.494-88, Matrícula: 284, como **Fiscal de Contrato** e como substituto em caso de ausências, impedimentos eventuais e regulamentares do titular, fica designado o servidor Maria da Silva Olegário, CPF: 704.268.214-91, Matrícula: 171.

11.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da execução do objeto e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, conforme Lei nº 14.133/21.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA deve ainda as obrigações seguintes:

12.1.1. Manter a regularidade jurídica/econômico/financeiro e fiscal, bem como sua qualificação técnica, durante toda a execução do Contrato, bem como cumprir fielmente todas as disposições constantes neste instrumento.

12.1.2. Prestar o serviço rigorosamente com a mesma especificação daqueles aprovados conforme procedimentos descritos no item 4 deste Termo.

12.1.3. Prestar o serviço dentro do prazo.

12.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.1.5. Submeter-se à fiscalização da CONTRATANTE e designar preposto para atender as solicitações da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues na execução do contrato.

12.1.6. Informar imediatamente a CONTRATANTE as alterações de dados, como por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação das partes.

12.1.7. Atender as convocações da CONTRATANTE cumprindo os prazos estipulados pela Administração em cada convocação seja na hipótese de assinatura de contratos e aditivos.

12.1.8. Ter plenas condições de entregar o objeto estabelecido em contrato e/ou Autorização de compra expedida pela CONTRATANTE, atendendo todas as condições previstas no Termo de Referência e Proposta apresentada.

12.1.9. Apresentar os preços do objeto contratual abrangendo todas as despesas, entre as quais destacam-se: impostos, taxas, fretes e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto, deduzindo os abatimentos eventualmente concedidos.

12.1.10. Atender aos prazos, objetivos e cronogramas estabelecidos.

12.1.11. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, o CONTRATANTE deverá:

13.1.1. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar suas obrigações de acordo com as determinações do Termo de Referência;

13.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, com os termos de sua proposta comercial e com a legislação vigente;

13.1.3. Pagar à Contratada o valor resultante da entrega dos medicamentos, na forma do contrato;



- 13.1.4. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, podendo notificar a contratada sobre eventuais alterações destas condições;
- 13.1.5. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento, por meio de servidor designado da PMAR;
- 13.1.6. Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário;
- 13.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 13.1.8. Comunicar à Contratada as eventuais irregularidades observadas na execução do contrato para adoção das providências saneadoras.

14. CONDIÇÕES E PRAZO DE PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento será realizado em **até 30 (trinta) dias** a contar do atesto da Nota Fiscal, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os materiais adquiridos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
- 14.2. A Nota Fiscal deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada, na sede da Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues.
- 14.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à contratada e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Alto do Rodrigues.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais, a empresa que:
- a) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - b) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - c) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - d) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções no Art. 156, da Lei nº 14.133/21, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.
- 15.3. A multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:
- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
 - b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos;
c)Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado;

15.4. As demais sanções poderão ser aplicadas junto à multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Alto do Rodrigues/RN, 04/09/2024.

FRANCISCO PAIVA DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura Pecuária Pesca e Desenvolvimento Rural



DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2024

O MUNICÍPIO DE ALTO DO RODRIGUES/RN, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.184.111/0001-07, sediada na Rua José Ferreira das Neves, 137, centro, CEP nº 59.507-000, Alto do Rodrigues /RN, neste ato representado(a) pelo senhor Nixon da Silva Baracho, CPF nº. 721.192.414-49, Prefeito Municipal, brasileiro, capaz, residente e domiciliado a Rua Antônio Saraiva do Osso, 46, Centro, Alto do Rodrigues/RN, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cep Nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, expedida pela (o) XXXXXXXXXXXXXXX e CPF nº XXXXXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta na Dispensa de Licitação Eletrônica nº 016/2024, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Lei municipal nº 789/2023 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa nº 016/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIDRÁULICA E IRRIGAÇÃO, DESTINADAS A MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAL DO MUNICÍPIO**. Conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência.

1.2 Discriminação do objeto:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

1.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato terá início XX/XX/XXXX e encerramento em 31/12/2024.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.2 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXX).

3.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

ÓRGÃO	DOTAÇÃO	ELEMENTO	SUB ELEMENTO	FONTE DE RECURSOS
02.08	20.544.0051.1070	44.90.30	Material de Consumo	1.721.0000



5 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

5.1 É eleito o Foro da Comarca de Pendências/RN, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

LOCAL E DATA

XX

Responsável legal da CONTRATANTE

XX

Responsável legal da CONTRATADA



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DO ALTO DO RODRIGUES
Rua José Ferreira das Neves, 137, Centro – CEP 59507-000
CNPJ 08.184.111/0001-07



AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 016/2024: O Município de Alto do Rodrigues/RN, CNPJ nº 08.184.111/0001-07, irá realizar Dispensa de Licitação no dia **10/09/2024 às 08h01min.**
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIDRÁULICA E IRRIGAÇÃO, DESTINADAS A MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAL DO MUNICÍPIO. Recebimento das propostas através do aplicativo Pregão on line, do portal de compras públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br. **Francisco das Chagas Barreto da Costa.** Agente de Contratação.